
AS INFORMAÇÕES EM PORTUAL

V — AS FORÇAS ARMADAS E AS INFORMAÇÕES(')

(Continuação)

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

V — AS FORÇAS ARMADAS E AS INFORMAÇÕES (¹)

(Continuação)

1.ª Parte

*Tal há-de ser quem quer, co'o dom de Marte
Imitar os Ilustres e guiá-los:
Voar co'o pensamento a toda a parte,
Adivinhar perigos e evitá-los
Com militar engenho e subtil arte,
Entender os inimigos e enganá-los
Crer tudo, enfim; que nunca louvarei
o Capitão que diga: Não cuidei*

«Os Lusíadas», Canto VIII-LXXXIX

No princípio do século XII, a *schola regis* ou *schola regalis* constituía a guarda pessoal do soberano, formada por cavaleiros que o acompanhavam em todas as deslocações, estando nela compreendidos os altos funcionários régios.

Em Portugal há referências à *schola comitis* em 1111 que era constituída por pouco mais de uma dezena de cavaleiros destacados da mesnada real, muito mais numerosa.

Os ricos-homens, nessa época, sustentavam tropas próprias, também chamadas escolas, levantadas entre os seus vassalos, que deviam servir na hoste real e cujo número era previamente determinado.

As *ordens militares* tinham também obrigação de fornecer tropas para a hoste e ocupavam a título permanente as posições mais próximas da fron-

(¹) Continuação da série de artigos sobre «AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL»: I — INTRODUÇÃO; II — APRECIACÃO HISTÓRICA; III — A ARTE DE GOVERNAR E AS INFORMAÇÕES; IV — A NECESSIDADE DAS INFORMAÇÕES NUMA SOCIEDADE LIVRE E O SEU CONTROLO.

teira, tendo a missão, em tempo normal, de *vigilância e informação* e de primeira resistência na defensiva, e de primeiro ataque na ofensiva, passando em tempo de guerra a um plano principal constituindo nos combates a mais sólida força da hoste real (¹).

As tropas concelhias, das beetrias (²) e as de terra-chã eram constituídas por várias espécies de indivíduos que conforme a sua situação tinham maiores ou menores obrigações militares.

O exército formado com estes elementos heterogêneos só era reunido em tempo de guerra, normalmente a meio da Primavera (Maio).

As obrigações para a guerra defensiva eram, logicamente, muito mais extensas que para a guerra ofensiva, e o próprio nome do órgão de execução variava com o género de guerra. No primeiro caso o exército chamava-se *fossado*, *hoste* ou *cavalgada*, conforme o efectivo. No segundo caso chamava-se *apelido* e podia ser convocado fora da época normal de guerra, para a perseguição de malfeitores ou revoltosos (³).

Neste período destacavam-se, com relevo para as informações, o *adail-mor* e o *guarda-mor*.

A tarefa do *adail-mor*, oficial de guias, só era dada a fidalgos e só deixou de existir em 1655. *Ao adail-mor competia organizar e dirigir o serviço de segurança em marcha e nos estacionamentos e o serviço de informações, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra.* Os *adaís*, que até D. João I eram chamados *zagas*, governavam os *almocadéns* que guiavam e encaminhavam o exército, marchando na sua frente. O *almocadém* que dirigia o trabalho dos *almogávares*, deveria *«ser muito prático e esforçado na guerra, ter perfeita notícia do país, dos seus caminhos e vales, montes e rios, ser muito fiel e acautelado e expedito»* (⁴). Segundo Manuel Severino de Faria (⁵) os *adaís* foram utilizados em África depois da conquista de Ceuta nas praças que se foram ganhando aos mouros sendo a sua obrigação *descobrir o campo* com alguns *ginetes*.

(¹) «História da Expansão Portuguesa no Mundo», de A. Baião, H. Cidade e M. Múrias, Lisboa, 1937, vol. 1, pág. 106.

(²) Território de extensão variável, cujos habitantes tinham o privilégio de eleger senhor que os defendesse, e protegesse e guardasse as liberdades adquiridas.

(³) Gastão de Mello de Matos, «Dicionário de História de Portugal», vol. II, pág. 505 a 508.

(⁴) Fr. Joaquim de Santos Rosa de Viterbo, «Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram», TOMO I, A=F, Lisboa 1748, pág. 98 e 99.

(⁵) Padre M. Severino de Faria, Notícias de Portugal, Lisboa, 1740 (1655).

O *guarda-mor* era responsável pela segurança pessoal do rei e comandava 24 cavaleiros ou escudeiros, *chamados acostados* (*) que acompanhavam o rei tanto de dia como de noite.

«O *guarda-mor* dormia à porta da câmara do rei, a quem tinha a obrigação de ver depois de deitado, indo em companhia do *sumilher*, sem a qual cerimónia se não corria a cortina; sendo também o primeiro na manhã na dita câmara.» (*)

No âmbito desta organização é possível detectar uma *actividade*, já superior, de informações acompanhando a movimentação de forças que antecedeu a batalha de Aljubarrota em que se revela a existência de um verdadeiro serviço de informações dirigido por Martim Afonso de Melo, fazendo largo emprego de destacamentos de exploração, patrulhas e agentes de informações disfarçados em parlamentários, trabalhando em proveito de D. João I e de Nuno Alvares Pereira em expectativa estratégica nos seus quartéis-generais de Abrantes e Estremoz, enquanto D. João de Castela procurava alcançar Lisboa com as suas hostes, sem dar batalha (*).

Com o desenvolvimento dos transportes marítimos começam a verificar-se ataques de corsários estrangeiros — mouros, franceses e ingleses — contra as nossas costas, tendo sido sentida a necessidade de criar tropas satisfatoriamente adestradas que pudessem facilmente reunir-se para o combate, para os repelir.

Foram assim criadas, no tempo de D. João III, na sequência das disposições tomadas desde o tempo de D. João I, as chamadas ordenanças através do regimento de 1549, que prescrevia, de uma forma geral, as obrigações militares de todos os vassallos, numa base censitária, completadas, cerca de vinte anos depois, por uma lei de 9 de Dezembro de 1569.

Em 10 de Dezembro de 1570, aparece o «regimento», habitualmente chamado «dos capitães-mores». Aos capitães-mores, coadjuvados pelos sargentos-mores, competia organizar a lista dos homens da ordenança e fiscalizar o seu grau de preparação em dois alardos anuais. As despesas de «pólvora e bala» com os exercícios eram pagas pelas ordinárias do concelho e, se estas fossem insuficientes, por impostos especiais. O mesmo se passava

(*) Acostado deriva do termo antigo para designar príncipe em francês — *coste*.

(*) Joaquim Augusto d'Oliveira Mascarenhas, «Portugal e Possessões», Viséu pág. 236.

(*) «Nação e Defesa», n.º 1, Julho 1976, pág. 51.

com os gastos feitos com os vigias, aos quais competia a vigilância contra os corsários e o serviço de defesa dos fortes marítimos e das povoações próximas do mar⁽¹⁰⁾.

Porém, e como sempre a obrigação geral do serviço militar era antipática à maior parte da população, cujos interesses prejudica, foi pedido a Filipe I que terminasse com a organização das ordenanças e procurasse criar uma força permanente para desempenhar aquelas missões.

As Forças Armadas permanentes tiveram o seu início, entre nós, em 1618 com a criação do Terço da Armada da Coroa de Portugal, infantaria de marinha destinada à guarnição dos navios de guerra e também às expedições ultramarinas. Antes houvera apenas corpos levantados em ocasiões especiais, que eram licenciados ao passar o perigo.

Depois da restauração da independência, a necessidade da defesa contra a Espanha obrigou à criação de um Exército permanente de cerca de 20 000 homens e 4000 cavalos, levantado das ordenanças. Mantiveram-se as ordenanças para defesa das praças, durante a ausência das tropas em campanha. Surgiram neste tempo bem individualizadas a infantaria com os seus piqueiros, arcabuzeiros e mosqueteiros organizados em companhias e terços; a cavalaria com cavalos couraças e arcabuzeiros a cavalo, organizados em companhias. A artilharia era um corpo separado constituído por pessoal civil permanente que existia em cada praça⁽¹¹⁾.

Nesta época surge uma obra intitulada o «Perfeito Soldado e Política Militar» escrita pelo Dr. João de Medeiros Correa⁽¹²⁾ em Elvas em 1655, mas que só foi publicado em 1659 por causa das demoras burocráticas da censura do ordinário e do Santo Ofício, que apresentava já muita matéria sobre segurança e informações.

No Capítulo X — «Da Prudência e Providência do seu Governo»⁽¹³⁾ o autor afirmava: *Consiste a verdadeira prudência em conhecer o que se há-de seguir e o de que se há-de fugir*; e porque caminhos se pode alcançar

(10) Gastão de Mello de Matos, «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, pág. 446.

(11) Este tipo de organização subsistiu até 1834, apenas se verificando entretanto a militarização da artilharia organizada em troços e o despontar da engenharia e da intendência.

(12) Dr. João de Medeiros Correa, Auditor-Geral do Exército da Província do Alentejo. O livro referido existe na Biblioteca da Academia Militar sob o número 2435.

(13) Obra citada no texto, pág. 27.

o intento e em não fazer coisa alguma sem consideração; definia Cícero *ser Aquela* ⁽¹⁴⁾ *pela qual se vê o que está por vir antes que tenha ser*, e dela diz Aristóteles que é virtude própria de quem governa; porque *do passado e do presente infere as coisas, que estão por vir*, para se desviar dos maus sucessos; e vem a ser esta a prudência em um Capitão o vigor de ânimo, de que atrás falámos, que *sem ela, audácia às cegas*; esta é a que se ministra o conselho e o vigor de ânimo a fortaleza; aquela manda, esta executa, *aquela prevê as dificuldades*, esta a vence; *aquela confirma o parecer do imaginado*; esta corrobora o coração na peleja. *Saiba pois o bom capitão interpretar todos os casos adversos, que na guerra costumam suceder à boa parte.*»

No capítulo XV «Do segredo, que deve guardar e como na guerra se deve considerar o tempo» ⁽¹⁵⁾, o autor afirma ainda: *O melhor Conselho é aquele que o Inimigo ignora antes que se execute...* Metelo Macedónico perguntado por um amigo de que sorte determinava fazer a guerra a Espanha, lhe respondeu: *«Se a minha camisa o soubera, logo a queimara»*. E no Capítulo XLVIII sobre a vigilância ⁽¹⁶⁾ diz: «É a vigilância de preceito Divino e de tanta importância na guerra, que o direito civil dá pena de morte à sentinela que se acha dormindo; e com razão executou em uma ou outro dizendo: *que morto o achara e morto o deixara.*»

Em 1719, as «Memórias Militares» ⁽¹⁷⁾ de António do Couto de Castello Branco, publicadas em Amesterdão pelo Capitão de Granadeiros Novaes Ferrana, com base nos manuscritos do Mestre de Campo Castello Branco na Batalha de Almança, no seu parágrafo XXIII do tratado I, pág. 29 diz-se: *«deve ser liberal para ter espias, e de outra forma está às escuras, e a utilidade vale bem a despesa; aproveitando-se das notícias, e inteligências para a sua reputação, e do seu príncipe. As funções mais sinaladas de um general são: regular as marchas do Exército, e o seu acampamento, visitar*

⁽¹⁴⁾ Julgamos ser a prudência

⁽¹⁵⁾ Obra citada, pág. 37.

⁽¹⁶⁾ Obra citada, pág. 143.

⁽¹⁷⁾ Existente na Biblioteca da Academia Militar sob o n.º 400.

as guardas, e mandar continuamente partidas⁽¹⁸⁾, para ter notícias dos inimigos, a prevenir os seus intentos...»

Em 1774, o Conde Lippe apresentou uma série de propostas ao Marquês de Pombal das quais se destaca a seguinte:

«Deve-se estar atento e procurar notícia dos preparativos que se fazem em Espanha, e obter todas as informações possíveis a respeito das suas praças, guarnições, depósitos e fertilidade das províncias limítrofes de Portugal.» ⁽¹⁹⁾

Esta recomendação, feita em relação à vizinha Espanha, é índice seguro de que na época não existia qualquer serviço de Informações, nem mesmo um sistema de ocasião para detectar quaisquer indícios de preparativos militares que pudessem pôr em perigo as nossas praças da fronteira.

Em 1799, num documento manuscrito do Marechal de Campo Marquês de Alorna, intitulado «Reflecções Sobre o Sistema Económico do Exército» ⁽²⁰⁾ salienta-se que:

«O Posto Engenheiro-Mor... não podia ser ocupado se não por um homem de muito génio e sciencia militar. A sua vigilância deve recair sobre as fortificações, armazéns, quartéis, caminhos e comunicações, produções, plantas do Reino e fronteiras inimigas», continuando a não se detectar

⁽¹⁸⁾ O mesmo que destacamento de descoberta ou patrulha de reconhecimento. A definição dada na pág. 205 das «Noções Gerais da Guerra» do Capitão Salgado, Lisboa 1852, é a seguinte: As partidas, na acção restricta deste termo militar, significam corpos mais ou menos numerosos, e formados da mesma ou de diferentes espécies de tropas, destinadas a operar com rapidez e momentaneamente fóra da linha, e a distâncias mais ou menos consideráveis do grosso do Exército. O seu objecto póde ser esclarecer ou cobrir o Exército nas suas marchas ou posições; proteger ou apprehender forragens, um combóio, um reconhecimento, procurar notícias; fazer prisioneiros; antecipar-se ao inimigo sobre um ponto importante, surprender-o, incomodar-o, experimental-o por meio de escaramuças e combates; difficultar-lhe os meios de subsistência; cortar-lhe as comunicações, incendiar-lhe os armazéns, destruir-lhe os estabelecimentos; levantar contribuições; introduzir socorros em uma praça sitiada; etc.

A força e composição das partidas depende da importância da missão, da natureza do terreno, da distância a que devem operar, das difficuldades que têm de vencer, e do espirito da população.

A Cavallaria ligeira é a mais própria para estes movimentos rápidos; todavia muitos casos ha, em que o auxilio da infantaria ligeira é indispensável: em geral uma partida não está bem segura quando não tem as duas armas. A artilharia rarissimas vezes é empregada; e com vantagem, só o poderá ser a artilharia a cavallo, quando a partida fôr de cavallaria, e tiver de operar em planícies abertas. A engenharia só toma parte nestas operações em casos muito especiais.»

⁽¹⁹⁾ Padre Ernesto Augusto Pereira Sales, «O Conde Lippe em Portugal», 1937, pág. 185.

⁽²⁰⁾ Documento existente na Biblioteca da Academia Militar sob o n.º 496.

qualquer referência a cargo ou serviço que tivesse à sua conta o problema da pesquisa de informações.

Em 1817 foi publicado o «Manual dos Ajudantes-Generais e dos Adjuntos Empregados nos Estados-Maiores» ⁽²¹⁾ da autoria de Paulo Thiebault e traduzido por José Bento de Sousa Fava. Nesta publicação, o escalão Estado-Maior-General compreendia cinco secretarias. A primeira entre outras coisas tratava «da marcha de prisioneiros de guerra e das palavras de senha», a quarta tratava «dos negócios secretos, dos espiões e dos guias propriamente taes», e a quinta era «encarregada de tudo o que fosse respectivo à topographya» ⁽²²⁾. No entanto estes conceitos de organização e de distribuição de funções ao nível dos Quartéis-Generais não teve ainda qualquer influência na nossa organização da época.

A Constituição de 1820 previa a criação duma força militar permanente nacional, cujo destino era manter a segurança interna e externa do Reino, com sujeição ao Governo. Apesar destas disposições constitucionais pouco se fez no campo da estruturação das forças armadas, e sempre que estas eram necessárias lá vinham as forças estrangeiras, a pedido dos monarcas reinantes, actuar em território nacional.

A Carta Constitucional previa também a Constituição de uma força militar a ser também empregue pelo Poder Executivo como bem lhe parecesse conveniente à segurança e defesa do Reino ⁽²³⁾.

A nova Constituição, jurada em 4 de Abril de 1838, em relação à força armada, não apresentou alterações.

Em 1852 foram publicadas pelo Capitão Graduado António José da Cunha Salgado e destinadas particularmente às tropas de infantaria e cavalaria, as «Noções Gerais de Guerra» ⁽²⁴⁾ que, no Capítulo XIX, «Espiões, Notícias e indícios importantes» diz:

1.ª — A necessidade de obter notícias do inimigo obriga não só a recorrer, mas a julgar indispensável, e remunerar com mão larga o vil mister dos espiões: ainda assim, nem porque tal mister seja vil, deixa de encontrar-se quem d'elle se encarregue em todas as classes da sociedade, desde

⁽²¹⁾ Este Manual existe na Biblioteca da Academia Militar sob o n.º 1639. Sousa Fava era 2.º Tenente de Artilharia.

⁽²²⁾ Obra citada, pág. 15 e 16.

⁽²³⁾ António Manuel Pereira, «As Constituições Políticas Portuguesas», Porto, 1961.

⁽²⁴⁾ Obra existente na Biblioteca da Academia Militar sob o n.º 3373-160.

os indigentes até aos ricos e nobres cortezãos. A guerra é um estado tão especial, e são tão urgentes as suas necessidades, que para preencher os seus fins, é muitas vezes preciso fazer callar a moral e a humanidade: foi por isso que Frederico o Grande obrigou um rico proprietário a passar ao campo austriaco, e trazer-lhe notícias sob pena de ver a sua casa incendiada e a sua mulher e os seus filhos mortos.

Poucos espíões não bastam; são precisos muitos, e pagar-lhes bem; principalmente quando mostram actividade e intelligência para o seu mister, e as suas notícias se reconhecem exactas.

É preciso não encarregar um espião de observar muitas coisas, porque teria de distrair a sua atenção, e confundir-se-hia facilmente: um será encarregado de dar notícias das marchas das tropas, da chegada dos comboios; outro das dificuldades, que há em obter dinheiro e viveres; outro dos mappas das forças; outro das posições; etc. Também não será conveniente encarregar de cada objecto um só espião; porque, ou por não conhecerem as cousas militares, ou pelo receio de serem descobertos, muitas vezes vêem mal, e as suas notícias são pouco exactas.

Os espíões devem ser escolhidos em qualquer classe da sociedade, em que se possam obter: todavia algumas ha, que melhor servem para este fim; como são os mestres de posta, os postilhões, os almocreves, os vendilhões, e principalmente os contrabandistas. Os contrabandistas, pelo seu carácter especial, têm contrahido o hábito de mentir, de dissimular, e de se subtrahir ás vistas dos outros, quando lhes convém; por isso são os melhores espíões para as cousas visíveis, ou que se podem saber por via da soldadesca: para as cousas de maior gravidade é preciso procurar espíões entre os officiais ou empregados dos estados-maiores, entre os commissários, e empregados de fazenda, ou entre os habitantes, em cujas casas se alojam os generaes. Alguns autores pretendem, que os padres e os nobres são os melhores agentes da alta espionagem.

As notícias trazidas pelos espíões devem ser combinadas e consideradas com muita circumspecção; para isso é necessário, que os espíões se não conheçam; aliás combinar-se-hiam.

Os espíões servem às vezes os dois exércitos, e com isto é necessário a maior cautella: todavia, quando isto se presume de algum, póde esta dupla perfídia ser aproveitada para enganar o inimigo; o que se consegue por escripto, indicações falsas sobre movimentos ou tentativas, que se projectam.

Se o exercito está em paiz, aonde os espiões têm bens ou famílias, é preciso fazer-lhes comprehender, que, se fizerem alguma traição, os bens lhes serão destruidos, e a familia presa ou morta em refens.

A espionagem também se pôde fazer indirectamente, procurando estabelecer correspondencia de alguns habitantes com os do paiz occupado pelo inimigo; o que principalmente se consegue entre parentes, e entre amantes.

§ 2.^o — *Além das referências feitas pelos espiões, podem ainda com vantagem obter-se outras noticias.*

Quando se entra em paiz, que o inimigo abandonou, é conveniente interrogar com toda a subtiliza as autoridades os nobres, os ricos, os padres, os mestres de escolas, os correios geraes, os mestres de postas, etc.

Se os exercitos belligerantes estão por muito tempo em frente um do outro, e que não têm aquella animadversão, que porvém das questões de religião, ou de politica interna, algumas vezes os soldados chegam por momentos a esquecer-se que são inimigos; e, principalmente nos postos avançados, travam conversação, trocam o seu vinho, os seus viveres, e o seu tabaco; é conveniente, pois aproveitar estes momentos de camaradagem, para lhes fazer algumas perguntas indirectas sobre objectos, que se pretende conhecer.

As narrações feitas pelos desertores são pouco fidedignas, porque elles pretendem sempre lisongear o partido para onde passam: porém quando muitos desertaram, e quando são conformes as suas respostas sobre a causa, e modo porque desertaram, sobre o caminho que seguiram, e meios, por que enganaram podem ter algum crédito, e servir de indicação para preparar algum reconhecimento ou surpresa.

As narrações feitas pelos prisioneiros são ainda menos seguras; não se deve suppôr, que algum se promptifique a comprometter os seus camaradas, e o exercito, por cuja gloria combatia; exigir essas confissões pela violência, ou pelo terror, é uma immoralidade, que se não deve admitir.

Em todas as interrogações, feitas a qualquer individuo, deve empregar-se a brandura e a esperteza, e não a violência, nem as perguntas directas: é conveniente fazer algumas perguntas indifferentes, trazer insensivelmente a conversação ao assunto, que se pretende investigar; passado tempo fazer outras perguntas, contraditorias, etc. Os interrogatórios deverão ser feitos a cada individuo separadamente; e, sempre que fôr possível em um alojamento próximo, e do qual se ouça a conversação, estará alguém escrevendo as respostas mais importantes.

Aos prisioneiros e desertores deve perguntar-se o numero ou nome do seu regimento, brigada e divisão; o nome dos generais das brigadas, divisões, e general em chefe; aonde estão os quartéis generaes, se as tropas estão acantonadas, acampadas ou a bivaque; se se guardam cuidadosamente, e se estão intrincheiradas; quaes são os corpos do exercito ou divisões, que estão á direita ou esquerda, quaes as posições que occupam, e distancia que ha entre ellas; aonde deixaram o seu regimento, e se estavam em posição, ou em marcha, e em que direcção; que tropa formavam as columnas, e até onde deviam avançar; se o exercito tem muitos recrutas e cavallos de remonta; e se os soldados estimam os seus chefes; se ha homens e cavallos feridos e doentes; aonde são os depositos de viveres e forragens, e os depositos e parques de artilheria e engenharia; se os viveres, as forragens e as munições são abundantes; o que continham as ultimas ordens do exército; que noticias circulavam no exército; se ha trem de pontes, etc.

Aos habitantes perguntar-se-ha aonde está o inimigo; o que sabem a respeito da sua marcha, força, disposições e estado moral; se os cavallos estão magros, e os homens cançados; se o inimigo tem infantaria, cavallaria e artilheria, quaes os uniformes, donde vieram, e se pertencem a guardas reaes, à 1.ª linha, à 2.ª, ou se são corpos de alguma outra natureza; se o inimigo está acampado; em fim far-se-lhes-hão todas perguntas, a que, segundo a sua classe e intelligencia, estiverem no caso de poder responder.

Aos viajantes examinar-se-ha os passaportes, perguntar-se-ha os nomes; donde vem, e para onde vão; qual o desígnio da sua viagem: se encontraram tropas, aonde, de que qualidade, e em que fôrça, ou quanto tempo gastaram a passar; o que observaram, ou ouviram dizer nas povoações, por onde passaram; o que dizem os jornaes; em que estado encontraram as estradas e as pontes, e se o inimigo as concerta; se os viveres e as forragens estão muito caros; que boatos corriam entre os habitantes. (25)

Não resistimos à tentação de transcrever na integra este capítulo do Capitão Cunha Salgado redigido há 123 anos dado que contém refinamentos e detalhes de técnica que actualmente ainda têm total aplicação e alguns são considerados nos actuais regulamentos de alta classificação de segurança.

Em 1866 foram propostas pelo General de Brigada, Barão de Wiederhold, Comandante do Corpo do Estado-Maior as «Instruções Provisórias para

(25) Obra citada, pág. 196 e 201.

uma parte do Serviço e dos Deveres dos Officiaes do Estado Maior em Campanha» ⁽²⁶⁾ que foram aprovadas por uma portaria de 12 de Junho, de que entre outras instruções, se destacam:

53.º — *Os Officiaes do Estado Maior das Divisões e Brigadas devem todos assistir sempre à descoberta. Os do Commando em Chefe em geral fazem este serviço por escala, sendo os disponíveis para elle distribuidos pelos postos principaes.*

53.º — *O serviço dos guias é de grande importância; cumpre muito particularmente ao Estado Maior have-los sempre intelligentes, conhecedores do paiz e suas communicações, e sobretudo de confiança.*

Os guias permanentes têm salario fixo, ou outros são gratificados em relação ao serviço que houverem desempenhado.

54.º — *O serviço que em campanha podem prestar os espiões é muito importante; cumpre have-los intelligentes e sagazes. Os Officiaes do Estado Maior que forem encarregados de os interrogar sobre o que eles houverem observado no campo inimigo, acerca do numero e posição das suas forças, e em geral sobre as differentes e variadas circunstâncias que convem conhecer, devem ser extremamente cautelosos. Muitas vezes são homens que servem os dois campos, outros são falsos espiões que fingindo servir-nos, só servem o inimigo.*

As mesmas precauções se devem observar com os transfugas e prisioneiros.

55.º — *Devem os Officiaes ser extremamente circunspectos na transmissão de quaesquer noticias que houverem recebido dos guias e espiões, ou por outra qualquer forma, ou sejam relativos á força e disposição do inimigo, e espirito dos povos; ou digam respeito a operações que as forças a que pertencem tenham de executar.*

Os Officiaes do Estado Maior são sempre Officiaes que devem merecer extrema confiança; convem-lhes portanto observar cuidadosamente a maior discricção em tudo de que tiverem conhecimento, ou seja relativo ao expediente, ou ao resultado de observações que tiverem feito por ordem do General, as quaes só a este comunicarão. ⁽²⁷⁾

⁽²⁶⁾ Estas instruções existem na Biblioteca da Academia Militar sob o n.º 5378.

⁽²⁷⁾ Obra citada, págs. 17 e 18.

Entre outras tarefas compete aos Officiaes do Estado Maior: Distribuir o santo, senha, contrasenha e a ordem do dia; Organisar e dirigir a policia secreta, militar, para poder informar das circumstancias do inimigo, dos abusos commettidos no exercito, do espirito e tendencia dos povos em relação às operações da guerra, e tudo quanto passo contribuir para o bom exito dos planos do General; (°)

Em 1872, o official de cavalaria Hugo G. Lacerda publicou a «Entrada em Campanha — Auxiliar Prático da Arte da Guerra» ⁽²⁸⁾ no qual trata de tudo sobre reconhecimentos estratégicos e especiais e que recomendamos a leitura.

Em 1878, Sebastião Telles, então ainda Capitão publicou a «Organização do Estado Maior do Exército» ⁽²⁹⁾ onde preconizava já a existência de uma 2.ª *Repartição* tendo por chefe um tenente-coronel e por adjuntos três capitães e os *adidos militares junto às legações estrangeiras*. Esta Repartição teria como objectivo a confecção dos planos de mobilização, o estudo das organizações, regulamentares e instrução geral do exército nacional e dos exércitos estrangeiros ⁽³¹⁾.

Esta proposta de Sebastião Telles é justificada mais adiante, e em especial relativamente aos adidos militares, dado que estes passavam assim a depender do Chefe do Estado-Maior-General, deixando, por isso, de fazer parte do Ministério dos Estrangeiros ⁽³²⁾.

Em 1890 foi publicado o «Regulamento Provisório para o Serviço do Exército em Campanha» ⁽³³⁾ por influência dos trabalhos de Sebastião Telles que no Capítulo IV fixava, na parte respeitante ao Serviço de Informações, o seguinte:

244.º — *Dá-se o nome de informações a todas as notícias relativas ao inimigo ou ao theatro de operações, obtidas por meios diferentes das opera-*

⁽²⁸⁾ Obra citada, pág. 26.

⁽²⁹⁾ Esta publicação pode consultar-se na Biblioteca da Academia Militar e tem o n.º 7815

⁽³⁰⁾ Biblioteca da Academia Militar, cota n.º 8610.

⁽³¹⁾ Obra citada, pág. 12.

⁽³²⁾ Obra citada, pág. 19.

⁽³³⁾ Existente com o n.º 9838, na Biblioteca da Academia Militar.

ções regulares das tropas em campanha. Os meios empregados para obter informações são:

- a) *Os trabalhos cartographicos, estatísticos e históricos;*
- b) *A correspondência publica e particular;*
- c) *Os interrogatórios dos habitantes, prisioneiros, desertores e guias;*
- d) *As auctoridades do estado;*
- e) *Os espiões.*

245.º — *Os trabalhos cartographicos, estatísticos e históricos relativos a cada theatro de operações, devem ser feitos durante o tempo de paz e preparados para poderem em tempo de guerra ser entregues ao general em chefe e distribuidos pelas differentes unidades do exército.*

Cada estado maior de corpo de exército, divisão, brigada e regimento deve receber pelo menos uma carta do theatro de operações; os documentos estatísticos e históricos serão distribuidos conforme as ordens do general em chefe.

Em cada um d'aquelles estados maiores, um official deve ser especialmente encarregado de pôr em dia as cartas e documentos, por meio das observações feitas e das noticias recebidas durante as operações.

246.º — *Em tempo de guerra as tropas que primeiro occuparem as povoações do paiz inimigo, ou encontrarem correios, sequestram toda a correspondência e os registos das estações telegraphicas e de caminhos de ferro, remettendo tudo pela ordem hierarchica, até ao quartel general do commandante em Chefe. Os commandantes das forças que sequestrarem correspondencia e todos os estados maiores por onde ella passar na sua remessa ao quartel general do commandante em chefe, podem, conforme o tempo de que dispozerem, escolher a que tiver interesse, e que unicamente seguira.*

247.º — *Os interrogatorios dos habitantes, prisioneiros, desertores e guias, podem fornecer muitas informações, quando dirigidos com habilidade.*

Os prisioneiros e desertores serão sempre interrogados em um quartel general. Porém, o commandante da força que fizer prisioneiros, ou a quem se apresentem desertores, procederá immediatamente a um interrogatorio summario feito isoladamente a cada um.

As principaes perguntas a fazer nos interrogatorios aos prisioneiros e desertores serão: numero da divisão e da brigada de que faziam parte, nomes dos principaes chefes, ultimos locaes de estacionamento, marchas executadas,

situação moral e material das tropas. As respostas serão escriptas e acompanham os individuos a que dizem respeito ao quartel general mais proximo, onde se desenvolverão e completarão os interrogatorios.

Os interrogatorios dos habitantes e guias, serão feitos pelos chefes das forças que os encontrarem ou empregarem.

248.^a — *No territorio nacional, todas as auctoridades, todos os empregados do estado e todos os habitantes, qualquer que seja a sua situação, devem fornecer às tropas amigas as noticias que lhe possam interessar, e communicar ao quartel general mais proximo as informações importantes de que tiverem conhecimento; é um dos pontos em que o patriotismo póde prestar mais serviços.*

249.^a — *Os officiaes dos quartéis generaes, encarregados de centralizar as noticias fornecidas pelos serviços de exploração, de reconhecimentos e de informações, devem dispor dos fundos necessários para pagar os guias, espiões e mais despesas d'aquelles serviços. (*)*

Este é portanto o primeiro regulamento official em que se define o que são informações e os meios para as obter; se fixa a obrigatoriedade de preparar em tempo de paz as informações que é necessário reunir para serem entregues ao comandante das operações em tempo de guerra e seus subordinados; se orienta a attitude dos quadros e tropas na exploração das origens de informações, em caso de guerra; e se fixa a obrigatoriedade das autoridades, funcionários e habitantes de darem informações importantes aos quartéis-generais mais próximos.

Pelo decreto de 7 de Setembro de 1899, foi publicada, depois de acaloradas discussões no Senado, a nova organização do Exército que criou o Estado-Maior-General e o serviço de Estado-Maior. A Direcção-Geral do Serviço de Estado-Maior tinha uma 2.^a e uma 3.^a Repartições que dividiam entre si as funções que tradicionalmente estão a cargo das actuais repartições de informações militares.

Em 1902, o Capitão de Infantaria Alfredo de Leão Pimentel, que a partir de 1899 serviu bastante tempo no ultramar (³⁵), iniciou a publicação

(*) Obra citada, págs. 95 a 97.

(³⁵) O Capitão de Infantaria A. L. Pimentel, nascido em 14SET1873 no distrito de Bragança, assentou praça no RI n.º 5 de Caçadores, em 14NOV1891; Alferes em 19NOV1896; em 1899 foi prestar serviço para Inhambane; promovido a Capitão em 23FEV1902; colocado em Angola em 1ABR1902; Comandante Militar do Cuamato em 1909.

do «Manual do Colono»⁽³⁶⁾ em quatro volumes. O primeiro volume sobre «Noções de Higiene Colonial», o segundo volume sobre «A Guerra nas Colónias», o terceiro sobre «Construções, Estudos da Região, etc.» e o quarto sobre «Agricultura Tropical — Botânica — Herborização». Qualquer destes volumes é um repositório de experiências e informações de grande merecimento e utilidade para aqueles que tivessem ou tenham de conduzir operações em África.

Especialmente o referente à guerra nas colónias, na parte relativa a informações e reconhecimentos⁽³⁷⁾, transmite ensinamentos muito úteis, resultado da experiência das tropas portuguesas, inglesas, francesas e holandesas, podendo toda a obra considerar-se um documento de informações de alto valor.

Enquanto o Capitão Pimentel publicava o Manual, os Cuamatos atacaram e dizimaram quinhentos homens, sob o comando do Capitão Pinto de Almeida⁽³⁸⁾, tendo sido dois anos mais tarde punidos pelo Coronel Roçadas. Entretanto o Capitão João de Almeida pacificava os Dembos e o Comandante Muzanty a Guiné.

Pouco depois apareceram as instruções para o Serviço dos Quartéis-Generais em campanha de 1908⁽³⁹⁾ que estipulavam aos Chefes do Estado-Maior, que estavam imediatamente subordinados aos generais e só deles recebiam ordens, competia «*obter, coligir e apresentar ao General as informações relativas ao inimigo, às forças da unidade e ao teatro de Operações, que fossem úteis ou necessárias para o exercício do comando*».

Os Chefes dos Estados-Maiores, quando se procedia a uma substituição do comandante, deveriam apresentar ao novo general entre outras informações o seguinte:

- *carta indicando as posições das tropas da unidade e as do inimigo;*
- *notícia sumária da topografia do teatro ou zona de operações;*
- *relatório de quando se sabe sobre a força, posição, projectos inimigos e atitude dos habitantes;*

⁽³⁶⁾ «Manual do Colono», da autoria de Alfredo Leão Pimentel, Porto, IVol. — Porto, 1902; II Vol. — Porto, 1902; III Vol. — Porto, 1904; IV Vol. — Porto, 1906.

⁽³⁷⁾ Obra citada, Vol. II, págs. 166 a 173.

⁽³⁸⁾ 1904.

⁽³⁹⁾ «Regulamento para o Serviço de Campanha, Segunda Parte — Instruções para o serviço de Quartéis-Generais em Campanha», Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

Nos quartéis-generais do Exército, de grupo de divisões e divisões operando isoladamente, os oficiais do serviço de estado-maior, oficiais às ordens, oficiais do secretariado militar e amanuenses, eram distribuídos para o serviço de secretaria pelas 1.ª, 2.ª e 3.ª Repartições, sendo a primeira para operações, a segunda para relações com outros serviços e expediente geral e a *terceira para informações*. Nos quartéis-generais de divisões incorporadas, havia apenas duas repartições, ficando o *serviço de informações a cargo da 1.ª repartição*, ficando esta Repartição dividida em duas secções, cada uma chefiada por oficiais do estado-maior e competindo à primeira o serviço de operações e à segunda o de informações.

A 3.ª Repartição «Informações» competia:

1.º *Recolher e comparar e condensar todos os documentos, notícias e relatórios concernentes ao terreno e ao inimigo;*

2.º *Redigir e expedir, com urgência, as informações importantes às unidades a que elas interessassem;*

3.º *Preparar e redigir os boletins diários de informações a transmitir ao escalão superior;*

4.º *Redigir os boletins de informações, que o Comando julgasse conveniente comunicar aos comandantes das Unidades subalternos;*

5.º *Fornecer à 1.ª Repartição as indicações que se julguem necessárias;*

6.º *Organizar e dirigir o serviço de informações secretas;*

7.º *Ter a seu cargo os fundos secretos;*

8.º *Proceder aos interrogatórios que fossem precisos;*

9.º *Ter a seu cargo o serviço topográfico e estatístico.*

Esta repartição registava e arquivava:

— a correspondência com todas as outras autoridades;

— *as informações acerca do inimigo*

— *as informações topográficas e estatísticas*

— *os relatórios de reconhecimento e memórias*

— *as negociações com o inimigo*

— *coleções de cartas, planos e documentos estatísticos.*

Os documentos elaborados eram:

— *O Boletim diário de informações (24 horas)*

— *O Registo de informações*

— *O Registo de informações topográficas e estatísticas e tratava também das capitulações, suspensão de armas, armistícios ou tréguas e cartéis de prisioneiros.*

Portanto, pode afirmar-se que em 1908, e em campanha, já se verificava um aperfeiçoamento em relação ao regulamento provisório de 1890.

Após a implantação da República, em 4 de Maio de 1911, foi criada a Guarda Nacional Republicana para, entre outras finalidades, libertar o Exército das tarefas de ordem pública no meio rural.

Em 25 de Maio do mesmo ano, um decreto criou na 1.ª Direcção-Geral (EME) a 1.ª Repartição que compreendia 2 secções (artigo 259.º), em que a primeira tratava de:

- 1.º *Serviço de Informações;*
- 2.º *Assuntos Diplomáticos de interesse militar;*
- 3.º *Relações com os Adidos Militares e com os Oficiais em comissões de estudo no estrangeiro;*
- 4.º *Relações com o Governo do Campo Entrincheirado de Lisboa, na parte que interessa às operações de campanha e com a comissão técnica das Fortificações.*
- 5.º *Relações com as inspecções das armas no respeitante ou que se relacione com a preparação da guerra e com a instrução das tropas do Exército em Campanha;*
- 6.º *Correspondência com o Conselho do EME e com o Conselho Superior.*

Assim com esta disposição, instaurou-se pela primeira vez em Portugal, por via legal, nas Forças Armadas, uma estrutura diferenciada e especializada com a missão exclusiva de trabalhar informações, o que já estava instituído desde 1908, mas apenas por via regulamentar.

Quando deflagrou a I Guerra Mundial foram mandadas organizar as primeiras expedições militares para Angola e Moçambique.

A organização do Serviço de Informações da 1.ª Expedição a Angola em Agosto de 1914 é relatada pelo seu Comandante Tenente-Coronel Alves Roçadas do seguinte modo: «A data da elaboração do projecto de operações poucos elementos possuíamos em que se pudessem basear cálculos a respeito de efectivos em homens e cavalos e de material de artilharia de que poderia dispor a guarnição do Sudoeste Alemão em qualquer conflito.»

O Ten-Cor Alves Roçadas, experimentado colonial, não ignorava a importância do *serviço de informações* e, na falta de uma organização permanente, tratou, assim que desembarcou em Moçâmedes, *de organizar um serviço próprio recorrendo para isso ao governador de Moçâmedes e aos capitães-mores fronteiriços do Cuamato, Evale e Baixo Cubango, escolhendo como seus delegados dois sertanejos de confiança encarregados de recrutar agentes secretos e espias; pedindo auxílio das missões Católicas e, finalmente, instituindo um fundo destinado a custear as despesas de organização.*

O serviço rival alemão, organizado desde o tempo de paz, cobria as nossas regiões vitais, trabalhando os seus agentes: comerciantes, técnicos, missionários, etc; em Moçâmedes e nos planaltos. De resto a obtenção da informação não lhes era difícil ⁽⁴⁰⁾. «O Século», por exemplo, tinha publicado, na íntegra, a composição da missão.

As informações portuguesas no campo estratégico funcionaram mal mas no campo tático actuaram de modo satisfatório, por iniciativa do comandante de expedição ⁽⁴¹⁾, embora não tenham previsto as condições desfavoráveis que conduziram ao desastre de Naulila.

Em 11 de Setembro de 1914 parte para Porto Amélia a primeira expedição para Moçambique sob o comando do Coronel Massano de Amorim com a missão de segurança preventiva frente à África Alemã. Foi proposto, em 15 de Junho de 1915, a Massano de Amorim, pelo Governador interino Coronel Baptista Coelho, a invasão do território alemão e a ocupação de Kionga, empresa que o comandante da *expedição recusou por não dispor de informações sobre a área*, tendo no entanto iniciado a abertura de estradas para a fronteira do Rovuma e o estabelecimento de comunicações telegráficas e de postos militares na margem sul do rio. Se esta iniciativa tivesse sido completada as expedições seguintes não teriam tido as dificuldades que encontraram no desempenho das suas missões.

A 2.ª expedição, do comando do Tenente-Coronel Moura Mendes, organizada para substituir a primeira que se encontrava esgotada, desembarcou também em Porto Amélia e, em 10 de Março de 1916, recebeu ordem

⁽⁴⁰⁾ Ver «Nação e Defesa», n.º 3, pág. 89.

⁽⁴¹⁾ Major do CEM Augusto Manuel das Neves, Informação nas Campanhas Coloniais, conferência integrada no «Estágio para Oficiais instrutores dos Cursos de Informações das Escolas Práticas», ano lectivo 1947-47, 2.ª Parte, pág. 100 e 101.

para tomar Kionga em cooperação com os ingleses que actuavam ao norte do lago Niassa.

O comandante da expedição com o efectivo das tropas reduzido a metade e *na ignorância do que se passava na colónia vizinha, demorou mais do que era razoável a ocupação de Kionga. Na verdade, nem o Alto-Comissário, nem o Governo Central conheciam o valor das tropas contrárias e as qualidades do chefe admirável que possuíam.*

O serviço de informações foi sempre deficientíssimo. (4)

Um ano mais tarde e já com três expedições na província, dá-se a invasão, em 25 de Novembro, por Von Lettow, baseada no reconhecimento que havia determinado secretamente em Maio de 1917, através do qual tinha colhido no nosso território as informações necessárias ao bom êxito das operações.

«As deficiências que não é necessário repetir, e não interessa isolar no âmbito deste trabalho, veio aliar-se uma falta irreparável: a *inexistência, pode dizer-se, de um serviço de informações montado segundo as regras regulamentares. A incerteza da situação do inimigo, das suas intenções e possibilidades, deu lugar a uma série de ordens e contra-ordens de que o adversário maravilhosamente se soube aproveitar, acarretando para as forças anglo-lusas insucessos graves.*»

«A falta de uma orientação superior na montagem do serviço de informações reflectiu-se no quadro das unidades e destacamentos subalternos. O serviço de segurança e de informações foi, neste escalão, quasi sempre descuidado, a este facto se devendo a série de desastres, como o de Negomano, de Nevala, de Namacurra e outros. A experiência colhida pelos insucessos anteriores de nada serviu e as tropas preferiram, por vezes, o repouso e a imobilidade que era a morte, a uma vigilância cuidada e uma actividade inteligente que poderia ter sido a salvação.» (4)

O relatório da Missão Militar às Colónias do qual temos vindo a transcrever alguns trechos, depois de enunciar mais deficiências de ordem operacional, acrescenta:

(4) Missão Militar às Colónias — «Estudo Preparatório Geográfico-Militar de Moçambique e Angola e de Potencial de Países Vizinhas», Vol. I e II, Lisboa 1943, vol. I, pág. 156 e 157.

(5) Missão Militar às Colónias — Obra citada, vol. I, pág. 171.

«Quanto aos dirigentes políticos e aos organizadores militares compete aperceberem-se dos deploráveis insucessos verificados e meditar sobre os acontecimentos, tirando deles os ensinamentos devidos.» (44)

Tais ensinamentos só foram tirados alguns anos depois por um dos componentes da missão.

Ainda antes do fim da guerra, apareceu um «Manual para Uso do Oficial em Campanha» da autoria dum oficial do exército que estipulava (45):

Nos Quartéis-Generais de Grupo de Divisão e divisões operando isoladamente há as seguintes Repartições (46): 1.ª — Operações; 2.ª — Relações com outros serviços e expediente geral; e 3.ª — *Informações*:

Pertencia à 3.ª Repartição:

1.ª *Recolher, comparar e coordenar os documentos, notícias e relatórios referentes ao terreno inimigo;*

2.ª *Redigir e expedir com urgência as informações importantes às Unidades a quem interessassem;*

3.ª *Redigir os Boletins de Informação que o comando resolvesse enviar aos comandos subalternos;*

4.ª *Fornecer à 1.ª Repartição as informações que julgasse necessárias;*

5.ª *Organizar e dirigir o serviço de informações secretas;*

6.ª *Ter a seu cargo os fundos secretos;*

7.ª *Proceder aos interrogatórios que fossem precisos;*

8.ª *Ter a seu cargo o serviço topográfico e estatístico; (47)*

e definia as informações como tendo por fim obter notícias do inimigo ou do terreno; considerava que todo o militar devia procurar obtê-las, sem prejuízo da missão de que estivesse encarregado, e comunicá-las ao superior de que dependesse; indicava que se obtém por sequestro da correspondência, interrogatórios de pessoas e espões; preconizava que as tropas que primeiro

(44) Missão Militar às Colónias — Obra citada, vol. I, pág. 171.

(45) «Manual para Uso do Oficial em Campanha», pelo Cap. C. S., Lisboa, 1915.

(46) Nos Quartéis-Generais de divisões incorporadas a 1.ª e a 3.ª repartições formavam uma única repartição.

(47) Estas missões são quase iguais às do Regulamento de 1908.

entrassem numa povoação inimiga ou encontrassem correio, deveriam sequestrar a correspondência e registos das estações telegráficas e de caminhos de ferro remetendo tudo hierarquicamente até ao Q. G. do comando em chefe.

Fixava ainda que os comandantes das forças que sequestrassem a correspondência e os estados-maiores por onde ela passasse podiam examiná-la.

Quanto a interrogatórios dizia: *interrogar de preferência as autoridades civis e religiosas, as pessoas mais importantes, os empregados telégrafo-postais, os correios, os hospedeiros, e os que tenham servido de guias ao inimigo e, em certos casos, mulheres e crianças. Em território hostil os interrogatórios devem fazer-se separadamente.*

O interrogatório aos habitantes deve versar:

1.^o *Sobre forças inimigas* — Situação, composição, movimentos, estado físico e moral, como estacionaram, como procederam com os habitantes, interrogatórios e requisições que fizeram, guias que utilizaram.

2.^o *Dados estatísticos e topográficos* — Situação relativa das localidades, comunicações (sua natureza), viabilidade, estado das estradas e caminhos, natureza do terreno que atravessam, obstáculos, sua importância, modo de os transpor ou evitar, número de fogos de cada localidade, recursos que oferece.

Quanto à Cavalaria fixava-lhe missões de descoberta destinadas a colher informações sobre o inimigo, sua força, organização, ordens de batalha, situação e movimento ("), com meios lançados bem para a frente das nossas tropas, que não tinham quaisquer responsabilidades na segurança afastada ou próxima. A segurança, nesta missão de «descoberta» era conseguida apenas através das informações colhidas.

Em 9 de Março de 1916 o Governo Alemão declarou guerra a Portugal e em Julho, a Grã-Bretanha convidou-nos formalmente a tomar parte activa nas operações militares na frente de batalha e, em Janeiro do ano seguinte, embarcaram para França os primeiros contingentes. A partir desse momento e por razões de manutenção do segredo foi instituída a *censura militar* ao correio geral expedido da área de operações e dadas instruções rigorosas

(48) Obra citada no texto, págs. 12, 13 e 14.

sobre as matérias que não podiam ser abordadas nas cartas e os destinatários com que era proibido manter correspondência. As instruções completas sobre as medidas de censura impostas podem ser consultadas, no processo de Conferências do Curso de Oficiais do Serviço de Informações Militares (").

Apesar das medidas de censura e de todas as outras medidas de segurança impostas pelos regulamentos de campanha nacionais e aliados, os acontecimentos que se verificaram com as forças expedicionárias portuguesas são um exemplo bem elucidativo do que é o resultado de um bom trabalho de informações explorando da melhor maneira, através das operações, os erros e as vulnerabilidades das forças ao contacto.

Os serviços de informações alemães de campanha, através da pesquisa de informações levada a efeito através da observação, dos «raids», dos interrogatórios de prisioneiros e da espionagem nas retaguardas e nos territórios dos países aliados, conseguiram detectar o ponto fraco que constituía a frente do Corpo de Exército Português que havia tomado a inteira responsabilidade do seu sector em 5 de Novembro de 1917.

A falta de uma politica de licenças e de rotação de homens e de pequenas unidades acelerou a fadiga das tropas portuguesas que não recebiam das autoridades nacionais nem apoio moral, nem apoio material.

Por aquelas e outras razões a rendição das forças portuguesas foi acordada para 21 de Março. A ofensiva alemã no Somme fez com que a rendição fosse atrasada, primeiro para 6 de Abril e depois para a noite de 8/9 do mesmo mês, noite em que a infantaria alemã realizou dois ataques secundários nos flancos das tropas portuguesas, combinando estas duas acções com um violento ataque frontal.

As forças portuguesas consumiram-se no cumprimento da sua missão de defesa a todo o custo, sacrificando 7300 baixas entre mortos e prisioneiros, conseguindo contudo contribuir para o êxito estratégico de obstar ao sonho alemão, já tentado três anos antes, de abrir o caminho para o mar.

Quando acabou a I Guerra Mundial, dispúnhamos de regulamentos e duras experiências para organizar um serviço de informações militares e acreditar na sua necessidade; no entanto a crise económica e social que se seguiu à guerra e a instabilidade que se gerou no seio das Forças Armadas não criaram as condições propícias para a sua organização.

(“) 1.º Volume, 1951, pág. 183 — Cota da Biblioteca da Academia Militar n.º 16 407.

Na segunda parte deste artigo teremos ocasião de acompanhar a evolução do serviço de informações militares entre a I e a II Guerras Mundiais e a sua organização subsequente que permitiu conduzir operações militares de apreciável envergadura dirigidas e coordenadas de Lisboa e comandadas superiormente por três quartéis-generais de nível comando-chefe, que dirigiram, em África, as operações em três teatros distintos.

Pedro Cardoso

General